

Dívida do governo cresce, mas perfil melhora

15 JAN 2004

10 ANOS DE SÃO PAULO

Endividamento em títulos atinge R\$ 731,4 bi; incluindo obrigações externas vai a R\$ 965,8 bi

RENATO ANDRADE
e ADRIANA FERNANDES

BRASÍLIA – O governo conseguiu obter em 2003 uma melhora significativa do perfil da dívida mobiliária federal interna, apesar de uma alta de 17,4% no endividamento. Balanço divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional mostra que quase todas as metas traçadas para a dívida no ano passado foram atingidas. A dívida terminou o ano em R\$ 731,4 bilhões. Ao final de 2002, ela era de R\$ 623,2 bilhões. A participação de títulos com rendimento prefixado, considerados mais adequados para a administração da dívida, subiu de 2,2% em 2002, para 12,5% em 2003.

vestimentos essenciais ao crescimento da economia. “Lá fora, emitimos a 8,75% um título de 30 anos. No front interno, as LTN de 2005 saíram abaixo de 15% ao ano. Isso só é possível quando é alta a credibilidade do governo com respeito às perspectivas de inflação e solvência fiscal”, afirmou.

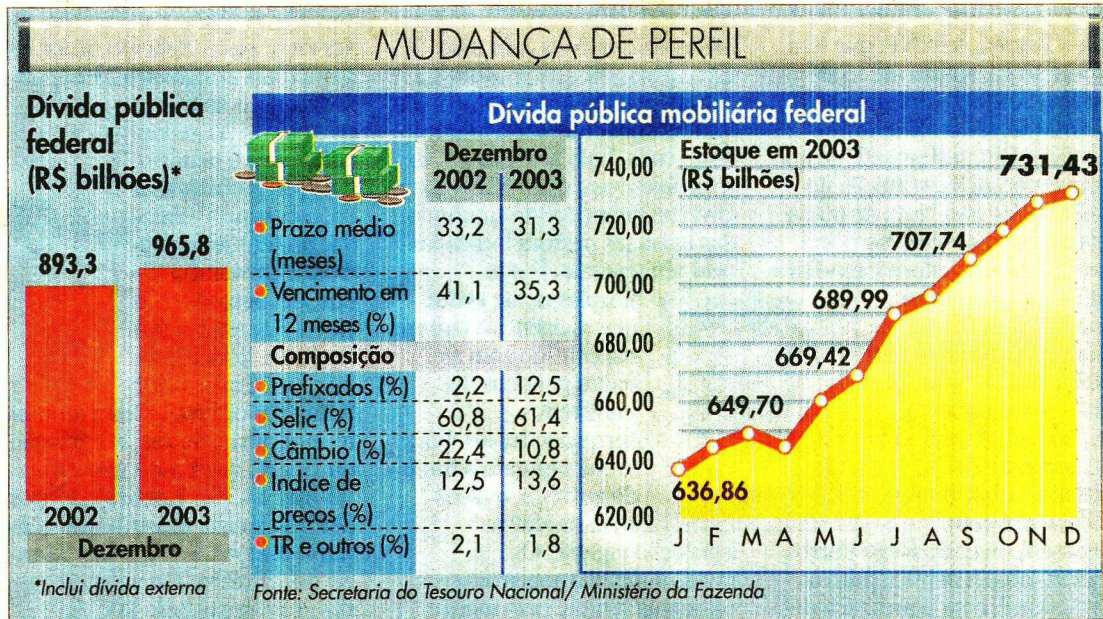
Levy ressaltou que o último leilão de NTN-Bs (títulos atrelados ao IPCA) teve juros reais de 8,14% e 8,35% (prêmio acima da inflação) nos papéis com vencimento em 2006

e 2009. “Esse é o horizonte da maior parte dos investimentos”. Em dezembro, os papéis saíram por 8,99% e 9,15%.

“O quadro para os investimentos começa a ser bastante positivo, e muito compatível com as Parcerias Público-Privadas.” Segundo ele, a liquidez internacional e o efeito da flutuação do dólar no preço das commodities

contribuem para melhorar o cenário. “O Brasil não seria beneficiado por esses fatores se não tivesse uma política econômica consistente”, ponderou.

CAI PARCELA DE PAPÉIS CORRIGIDOS PELO DÓLAR



A dívida pública federal (que inclui também o endividamento externo) também cresceu 8,1% e chegou a R\$ 965,8 bilhões em 2003. No fim de 2002, essa dívida era de R\$ 893,3 bilhões. A exemplo da dívida interna, as condições de pagamento melhoraram. O prazo médio ficou em 39 meses, ante 42,6 meses em 2002 e a parcela vencendo em 12 meses caiu de 34,6% para 30,7%.

Internamente, o governo também conseguiu reduzir a parcela de títulos corrigidos pela variação do dólar, que caiu de 22,4% para 10,8% do total da dívida mobiliária. Esses números não levam em consideração os contratos de swap cambial. Considerando essas operações, a exposição cambial da dívida ficou em 22,1% em dezembro. Por outro lado, a parcela da dívida corrigida pela taxa Selic subiu de 60,8% para 61,4%. O percentual de títulos corrigidos por índices de preços subiu de 12,5% para 13,6%.

Houve melhora também nos prazos de vencimento. Embora de 2002 para 2003 o prazo médio tenha caído de 33,2 para 31,3 meses, a parcela da dívida de curto prazo – com vencimento em até 12 meses – ficou menor, caindo de 41,1% para 35,3% do total.

Mesmo tendo crescido em 2003, o volume da dívida ficou dentro da meta do Plano Anual de Financiamento (PAF), que previa um saldo entre R\$ 690 bilhões e R\$ 750 bilhões. Também ficaram dentro das metas do PAF o percentual de títulos vencendo em 12 meses (mínimo de 35% e máximo de 40%), a participação de títulos prefixados (entre 5% e 15%) e a parcela de títulos corrigidos por índices de preços (12% a 18%).

A redução do volume de títulos cambiais ficou acima do esperado, já que a meta era fechar o ano no intervalo entre 13% e 22% (sem contar os contratos de swap). Não foram cumpridas, porém, as metas de participação dos títulos corrigidos pela Selic e de prazo médio dos papéis.

- ♦ O objetivo do governo era que a parcela de títulos vinculados à Selic ficasse entre 52% e 60% do total. No caso do prazo médio dos títulos, a meta era chegar ao fim do ano na faixa de 34 a 38 meses. Segundo o Tesouro, o prazo acabou sendo menor porque ficaram abaixo do previsto as emissões de CVS (títulos de longo prazo vinculados à liquidação de contratos de financiamento habitacional).

Cenário – O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, avaliou que o Brasil vem colhendo boas notícias na área da dívida pública e das taxas de juros. Essa tendência, segundo ele, vai assegurar um cenário positivo para novos in-